

Processo n.º: 450.10.04.01.013399.2018.RH5A

Utilização n.º: L008691.2019.RH5A

Início: 2019/05/29

Validade: 2024/05/29

Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais

Identificação

| | |
|--|--------------------------------------|
| Código APA | APA00013564 |
| País* | Portugal |
| Número de Identificação Fiscal* | 680000054 |
| Nome/Denominação Social* | SMAS de Sintra |
| Idioma | Português |
| Morada* | Av. Movimento das Forças Armadas, 16 |
| Localidade* | Sintra |
| Código Postal | 2714-503 |
| Concelho* | Sintra |
| Telefones | 219119000 |
| Fax | 219230992 |
| Obrigação de correc o de Dados de Perfil | [] |

Caracteriza o do(s) tratamento(s)

| | |
|--|--|
| Designa o | ETAR de Godigana |
| Nível de tratamento implementado | Mais avançado que o secundário |
| Tipo de tratamento | Fase Líquida - Tratamento Preliminar - Gradagem + Desarenador; Tratamento Secundário - Oxida o biológica em reactor de biomassa suspensa (vala de oxida o) em regime de baixa carga seguida de decanta o secundária; Tratamento terciário - Desinfec o em câmara de contacto por hipoclorito de sódio; Fase sólida - Espessamento gravítico em silo seguida de desidrata o em filtro de banda. |
| Caudal Máximo descarga | 155.80 m3/dia |
| Nut III – Concelho – Freguesia | Grande Lisboa / Sintra / Terrugem |
| Longitude | -9.360966 |
| Latitude | 38.857275 |
| Ano de arranque | 2019 |
| Popula o servida (e.p.) | 447 |
| Ano horizonte de projeto | 2045 |
| Popula o servida no ano horizonte de projeto (e.p) | 625 |

Caracteriza o da rejei o

Origem das águas residuais

Urbanas

Características do Afluente Bruto

| | |
|---|---|
| Volume Máximo mensal | 4738.9 (m3) |
| CBO5 | 480.8 (mg/L O2) |
| CQO | 961.5 (mg/L O2) |
| N | 96.2 (mg/L N) |
| P | 32.1 (mg/L P) |
| Designação da rejeição | ETAR de Godigana |
| Meio Recetor | Ribeira/ribeiro |
| Margem | Margem direita |
| Denominação do meio recetor | Afluente da Ribeira de Godigana |
| Sistema de Descarga | Coletor com obra de proteção (boca de lobo) |
| Valorização ou reutilização | X |
| Caudal Reutilizado | 1.0 m3/dia |
| Finalidades Efluente | Outra; Utilização no recinto da ETAR; |
| Nut III – Concelho – Freguesia | Grande Lisboa / Sintra / Terrugem |
| Longitude | -9.360527 |
| Latitude | 38.857150 |
| Região Hidrográfica | Tejo e Ribeiras do Oeste |
| Bacia Hidrográfica | Oeste 2 |
| Sub-Bacia Hidrográfica | PT05RDW1184 :: Rio Lisandro |
| Tipo de massa de água | RIO |
| Massa de água | PT05RDW1184 :: Rio Lisandro |
| Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água | Medíocre |

Condições Gerais

- 1ª A rejeição de águas residuais será exclusivamente realizada no local e nas condições indicadas nesta licença, não estando autorizadas quaisquer outras descargas de efluentes, e não podendo o objeto da presente licença ser alterado sem prévia autorização da Entidade Licenciadora.
- 2ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente licença, em todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, bem como outras normas ou regulamentos que venham a ser posteriormente aprovados e a entrar em vigor, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente licença sejam aplicáveis.
- 3ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: $TRH = E + O$, em que E – descarga de efluentes e O – ocupação do domínio público hídrico do Estado, se aplicável.
- 4ª A matéria tributável da componente E é determinada com base no Anexo – Programa de autocontrolo a implementar.
- 5ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado dos valores do autocontrolo, referido no ponto 4 que antecede, não seja entregue com a periodicidade definida na Licença, a componente E será calculada tendo por base as características do efluente bruto estabelecidas no projeto de execução da ETAR ou incluídas na presente licença.
- 6ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e deve ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual.
- 7ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual.
- 8ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às Entidades Competentes, esta licença, bem como o acesso à área, construções e equipamentos a ela associados e aos registos detalhados do controlo da operação do sistema de

tratamento.

- 9ª As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão desta licença, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 10ª A presente licença pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 11ª A Entidade Licenciadora reserva-se o direito de restringir excecionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos agora atribuído, nomeadamente na decorrência de secas, cheias e acidentes, nos termos da presente licença e no regime legal aplicável.
- 12ª A licença só poderá ser transmitida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 13ª A licença só poderá ser transacionada e temporariamente cedida mediante autorização da Entidade Licenciadora de acordo com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª A licença caduca nas condições previstas no presente título e no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 15ª O titular pode, caso se mantenham as condições que determinaram a sua atribuição, solicitar a renovação desta licença, no prazo de 6 meses antes do seu termo.
- 16ª O titular fica obrigado a informar a Entidade Licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia ocorrido nas instalações que afete o cumprimento das condições indicadas nesta licença bem como das medidas já implementadas e/ou previstas para correção da situação.
- 17ª As vistorias que sejam realizadas pela Entidade Licenciadora na sequência dos episódios abrangidos no ponto que antecede são suportadas pelo utilizador.
- 18ª Em caso de incumprimento da presente licença, o titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 19ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras autorizações, licenças e registos legalmente exigíveis.

Condições Específicas

- 1ª Qualquer alteração no funcionamento do sistema de produção e/ou de tratamento, mesmo que não prejudique as condições impostas nesta licença, deve ser comunicada à Entidade Licenciadora no prazo máximo de cinco dias.
- 2ª Qualquer descarga de águas residuais urbanas e/ou industriais, bem como de outras atividades económicas ou serviços, nas redes de drenagem ou diretamente na ETAR, só poderá ocorrer mediante autorização do titular da presente licença e ficará sujeita às disposições constantes dessa autorização não podendo, em qualquer caso, comprometer o cumprimento das condições impostas nesta licença. Qualquer nova situação desta natureza deverá ser comunicada à Entidade Licenciadora.
- 3ª Sempre que forem autorizadas descargas de águas residuais de indústrias localizadas fora da malha urbana, a autorização de descarga, prevista na cláusula anterior, fica sujeita à aprovação da Entidade Licenciadora.
- 4ª A ligação, às redes de drenagem da ETAR geridas pelo titular desta licença, das águas residuais de atividades económicas ou serviços localizados dentro da malha urbana ou diretamente na ETAR que produzam ou utilizem substâncias classificadas como poluentes específicos e/ou substâncias prioritárias/perigosas prioritárias para os meios aquáticos ou que sejam suscetíveis de comprometer o cumprimento das condições impostas nesta licença, nos termos do regulamento previsto no artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 348/98, de 9 de novembro, e 149/2004, de 22 de junho e 198/2008, de 8 de outubro, deve ser encarada com precaução, não podendo, em quaisquer circunstâncias, comprometer o cumprimento das condições impostas nesta licença.
- 5ª Impende sobre o titular desta licença a responsabilidade de verificar o cumprimento das normas constantes na autorização de descarga supra mencionada.
- 6ª O titular assume a responsabilidade pela eficiência e eficácia dos processos de tratamento e dos procedimentos a adotar com vista a minimizar os efeitos decorrentes da rejeição de águas residuais e a cumprir os objetivos de qualidade definidos para a massa de água recetora.
- 7ª O titular obriga-se a garantir que os órgãos de tratamento, à exceção dos de infiltração no solo, são completamente estanques.
- 8ª A descarga das águas residuais na água não deve provocar alteração da sua qualidade, nem colocar em risco os seus usos, sendo efetuada de modo a não prejudicar o escoamento natural da corrente e a não contribuir para o aumento dos riscos de erosão no local, ficando o titular responsável pela tomada das medidas consideradas necessárias para a correção das situações que possam ocorrer.
- 9ª O titular obriga-se a manter o sistema de tratamento adotado em bom estado de funcionamento e conservação.
- 10ª O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das atividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.
- 11ª O titular obriga-se a efetuar as ações de manutenção, preventivas e corretivas, necessárias ao bom funcionamento da ETAR,

incluindo a limpeza dos respetivos órgãos de tratamento devendo guardar os registos detalhados da sua realização, com indicação do destino final das lamas ou outros resíduos produzidos, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das Entidades Competentes.

- 12ª O titular obriga-se a implementar as medidas de prevenção de acidentes e de emergência descritas no projeto.
- 13ª O titular da licença deve respeitar as condições de descarga indicadas no respetivo Anexo, não podendo efetuar qualquer operação deliberada de diluição das águas residuais. A avaliação de conformidade é determinada com base nos parâmetros definidos e de acordo com o mencionado no Anexo.
- 14ª O titular obriga-se a implementar o programa de autocontrolo descrito no respetivo Anexo e a enviar à Entidade Licenciadora os dados obtidos com o formato e periodicidade definidos no mesmo.
- 15ª O titular obriga-se a manter um registo atualizado dos valores do autocontrolo, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das Entidades Competentes.
- 16ª As condições de descarga poderão vir a ser alteradas em função dos resultados do autocontrolo e da evolução da qualidade do meio recetor ou de outras restrições de utilização local que o justifiquem.
- 17ª Como medida preventiva e minimizadora das consequências inerentes a uma rejeição de emergência no domínio hídrico, o titular deverá diligenciar no sentido de dotar a(s) Estação(ões) Elevatória(s) de um gerador de emergência.
- 18ª Sempre que se verifique a necessidade de proceder a uma rejeição de emergência da(s) Estação(ões) Elevatória(s), o titular deverá de imediato tomar todas as medidas com vista a minimizar os efeitos daí decorrentes e comunicar a ocorrência à Entidade Licenciadora num prazo máximo de 24 horas seguintes à mesma.
- 19ª Fazem parte integrante do presente título todos os anexos autenticados que o acompanham.

Outras Condições

- 1ª A ETAR será executada de acordo com o projeto e aditamentos arquivados na entidade licenciadora, datados de 06/072018.
- 2ª No prazo máximo de 30 dias após a data de atribuição do presente título, deverá ser apresentada uma apólice de seguro ou prestada uma caução no valor de 3500 € a favor da entidade licenciadora, para recuperação ambiental, de acordo e nos termos previstos no número 2 do artigo 49º e alínea A) do Anexo I do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que garanta o pagamento de indemnizações por eventuais danos causados por erros ou omissões do projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentares a ele aplicáveis (minutas disponíveis no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. na internet em www.apambiente.pt – Instrumentos > Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos > Formulários).
- 3ª O titular obriga-se a enviar à Entidade Licenciadora o registo dos caudais médios diários e dos caudais médios mensais relativos ao efluente rejeitado.
- 4ª O titular obriga-se a manter um dossier organizado contendo as Fichas de Dados de Segurança de todas as substâncias e/ou preparações perigosas utilizadas, devidamente redigidas em língua portuguesa.
- 5ª Os relatórios de autocontrolo, a enviar à Entidade Licenciadora, deverão incluir a identificação de qualquer alteração nas condições de entrada de efluente, avarias nos equipamentos, ou outras situações que alterem o normal funcionamento da ETAR. Quando se verificar a ocorrência de algum incumprimento deverão ser apresentadas as correspondentes medidas corretivas e preventivas.
- 6ª No prazo de 30 dias deverá ser entregue a representação da rede de drenagem do subsistema da ETAR e respetivas estações elevatórias, atualizada e preferencialmente em formato shapefile
- 7ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção poderão ser recolhidas amostras pontuais e/ou compostas, para avaliação da respetiva conformidade com os valores limites de emissão (VLE) expressos em unidades de concentração (massa por volume). No caso das amostras pontuais os VLE acrescem em 50% para os parâmetros com VLE definido no TURH para amostra composta
- 8ª Apenas o efluente a reutilizar deverá ser sujeito a etapa de desinfecção.

Anexos

Localização e caracterização da obra

Condições de descarga das águas residuais no ano de arranque

As condições de descarga do efluente final, de acordo com o disposto na legislação aplicável, a respeitar pelo titular da licença são as seguintes.

Observações

O VLE aplicado ao parâmetro Colifomes fecais deverá ser cumprido no efluente a reutilizar.

| Parâmetro | VLE (% min. remoção) | VLE | Legislação aplicável |
|-----------|----------------------|-----|----------------------|
|-----------|----------------------|-----|----------------------|

| | | |
|--|-----|-----|
| Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂) | 85 | (a) |
| Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂) | 75 | (a) |
| Sólidos Suspensos Totais (mg/L) | 90 | (a) |
| pH (Escala de Sørensen) | 6-9 | (b) |
| Coliformes fecais (NMP/100 mL) | 100 | (c) |

Legislação

(a) Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho (b) Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto (c) Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto

Condições de descarga das águas residuais em condições normais de funcionamento

As condições de descarga do efluente final, de acordo com o disposto na legislação aplicável, a respeitar pelo titular da licença são as seguintes.

Observações

Para todos os parâmetros com norma de descarga não definida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, considera-se aplicável o disposto no quadro n.º 3 do anexo I do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, para determinação do número máximo de amostras que poderão ser não conformes.

O VLE aplicado ao parâmetro Coliformes fecais deverá ser cumprido no efluente a reutilizar.

| Parâmetro | VLE | Legislação aplicável |
|--|-----|----------------------|
| Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂) | 40 | (a) |
| Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂) | 150 | (a) |
| Sólidos Suspensos Totais (mg/L) | 60 | (a) |
| pH (Escala de Sørensen) | 6-9 | (a) |
| Coliformes fecais (NMP/100 mL) | 100 | (b) |

Legislação

(a) Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto (b) Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto

Avaliação de conformidade (descrição dos critérios de avaliação)

De acordo com o n.º 6 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

Autocontrolo

Programa de autocontrolo a implementar

Observações

As determinações analíticas conducentes à verificação do cumprimento do presente programa de autocontrolo devem ser preferencialmente realizadas por laboratórios acreditados para o efeito, devendo, nos restantes casos, ser realizadas por laboratórios que mantenham um sistema de controlo de qualidade analítica devidamente documentado e atualizado, à semelhança das orientações descritas na Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. Os boletins analíticos terão de vir acompanhados da indicação dos limites de deteção, de quantificação e da incerteza.

Os procedimentos de amostragem deverão ser efetuados aplicando boas práticas internacionais de laboratório a fim de reduzir ao mínimo a degradação das amostras entre a colheita e a análise.

Os parâmetros, N total e P total não constituem requisitos de descarga. No entanto, deverão ser analisados para efeitos de cálculo da taxa de recursos hídricos (Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de Junho).

Periodicidade de reporte:

Os resultados do programa de autocontrolo, bem como as cópias dos boletins analíticos deverão ser reportados à Entidade Licenciadora com uma periodicidade mensal.

Descrição do equipamento de controlo instalado:

Amostrador automático e medidor/totalizador de caudal à saída ou entrada da ETAR

| Local de | Parâmetro | Metodo analítico | Frequência de | Tipo de |
|----------|-----------|------------------|---------------|---------|
|----------|-----------|------------------|---------------|---------|

| amostragem | | | amostragem | amostragem |
|------------|--|--|------------|----------------|
| Entrada | pH (Escala de Sörensen) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Entrada | Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Entrada | Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Entrada | Sólidos Suspensos Totais (mg/L) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Entrada | Azoto total (mg/L N) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Entrada | Fósforo total (mg/L P) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | pH (Escala de Sörensen) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Sólidos Suspensos Totais (mg/L) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Azoto total (mg/L N) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Fósforo total (mg/L P) | Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. | Mensal | Composta (iii) |
| Saída | Coliformes fecais (/100 ml) | Anexo III do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. | Mensal | Pontual |

Amostragem composta - representativa da água residual descarregada, recolhida durante um período de 24 horas: (i) com intervalos máximos de 1 hora; (ii) com intervalos máximos de 4 horas; (iii) cobrindo no mínimo três períodos diários distintos entre as 7 e as 21 horas; (iv) representativa de um dia normal de laboração..



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



O presidente do conselho diretivo da APA, IP

Nuno Lacasta

Localização e caracterização da obra

Peças desenhadas com a localização da obra

